

Processo nº.: 13884.000815/00-24

Recurso nº.: 129.386

Matéria: IRPF - EX.: 1997

Recorrente : JIMES DE LIMA PERCY

Recorrida : DRJ em FOZ DO IGUAÇU - PR Sessão de : 17 DE OUTUBRO DE 2002

Acórdão nº. : 102-45.776

IRPF - PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - RECURSO PEREMPTO - Não se conhece de recurso quando interposto em desrespeito ao prazo de 30 (trinta) dias, previsto em lei.

Recurso não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por JIMES DE LIMA PERCY.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ANTONIO DE FREITAS DUTRA

PRESIDENTE

LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES

RELATOR

FORMALIZADO EM: 0 6 DE 7.2002

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros AMAURY MACIEL, VALMIR SANDRI, NAURY FRAGOSO TANAKA, CÉSAR BENEDITO SANTA RITA PITANGA, MARIA BEATRIZ ANDRADE DE CARVALHO e MARIA GORETTI DE BULHÕES CARVALHO.



Processo nº.: 13884.000815/00-24

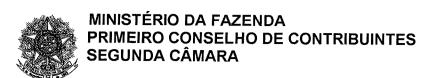
Acórdão nº.: 102-45.776 Recurso nº.: 129.386

Recorrente : JIMES DE LIMA PERCY

RELATÓRIO

JIMES DE LIMA PERCY, já qualificado nos autos, pretende recorrer a este Conselho da decisão que manteve o lançamento fiscal indeferiu o pedido de restituição de indébito. Intimado em 17.09.2001, somente em 19.10.2001 protocolizou petição dirigida a esta instância.

É o Relatório.



Processo no.: 13884.000815/00-24

Acórdão nº.: 102-45.776

VOTO

Conselheiro LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES, Relator

O recurso é intempestivo. Como vimos no relatório, o sujeito passivo excedeu o prazo de 30 (trinta) dias previsto no art. 33 do Decreto nº 70.235/72.

Tais as razões, presente a perempção, não conheço do recurso.

Sala das Sessões - DF, em 17 de outubro de 2002.

LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES